

Orientação escolar e profissional em escola pública portuguesa (1969-1970)

School and career guidance in a Portuguese public school (1969-1970)

Mário Silva Freire

Resumo

Descreve-se uma acção de orientação escolar e profissional efectuada em estabelecimento de ensino público de Portugal, Liceu de Portalegre, no ano lectivo de 1969-1970, realizada por um perito orientador, formado na década de 1960, pelo Instituto de Orientação Profissional. Ela envolveu todos os alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos, em número de 251, que frequentavam aquela escola. Daquele número, a 40 alunos foram aplicados testes, de entre os que eram utilizados, na altura, no Instituto de Orientação Profissional. Esta Instituição, criada em 1925, e o trabalho nela desenvolvida pelo seu fundador, Faria de Vasconcelos, foram referências para a investigação no âmbito da orientação escolar e selecção de profissionais e psicologia do trabalho, a nível internacional. Elas contribuíram para contextualizar este estudo. Esta acção, revelando uma vertente acentuadamente psicométrica nos alunos sujeitos a testes, tenta ultrapassá-la com todos os alunos envolvidos, quer através da informação, com base num acervo documental que foi organizado sobre os cursos públicos e privados que na altura existiam e respectivas profissões para que os mesmos apontavam, quer pelo envolvimento dos respectivos encarregados de educação. Não há registos de haver uma outra acção de orientação escolar e profissional, antes de 1970, em escola pública de Portugal.

Palavras-chave: Faria de Vasconcelos; Instituto de Orientação Profissional; Liceu de Portalegre; orientação escolar e profissional; perito orientador.

Abstract

A description of a school and career guidance action carried out in a Portuguese public school, Liceu de Portalegre, during the 1969-1970 academic year, conducted by a guidance expert trained in the 1960s by the Instituto de Orientação Profissional. It involved all 251 students in the 5th, 6th, and 7th grades attending the school. Of those, 40 students were administered tests from the pool used at the time by the Instituto de Orientação Profissional. This Institute, founded in 1925, and the work developed by its founder, Faria de Vasconcelos, were references for research in the field of vocational guidance, selection, and work psychology internationally. They contributed to contextualizing this study. This action, revealing a markedly psychometric approach on the students subjected to tests, attempts to go beyond it with all students involved, both through information, based on a documentary collection that was organized, about the public and private courses that existed at the time and the respective professions to which they pointed, and through the involvement of the respective parents. There are no records of any other school and career guidance action, before 1970, in a Portuguese public school.

Keywords: Faria de Vasconcelos; Institute of Vocational Guidance; Liceu de Portalegre; school and career guidance; guidance expert.

* Este artigo não foi redigido segundo o acordo ortográfico em vigor.



1. Introdução

Um dos aspectos a considerar no trajecto escolar de um aluno, ao chegar ao 9.º ano de escolaridade, é o de encontrar um projecto que o ajude a definir a sua vida futura, no âmbito profissional. Essa altura assume-se, regra geral, como o primeiro momento em que o adolescente tem, de entre as várias áreas de estudos ou cursos profissionais que se lhe apresentam, de escolher um deles. Essa escolha, porém, vem frequentemente acompanhada de indecisões. A orientação escolar e profissional ou, também designada, orientação vocacional, poderá ajudá-lo a fazer uma escolha mais consciente.

Muitos da geração Z, nascidos já neste século, e os da Alpha (nascidos depois de 2010), atravessaram ou estão a atravessar a infância e a adolescência com um smartphone nas mãos. “Passam menos tempo a brincar, a falar, a tocar ou mesmo a manter contacto visual com os amigos e familiares, reduzindo a sua participação em actividades sociais corpóreas, essenciais para o bom desenvolvimento humano” (Haidt, 2024, p. 18).

Esta circunstância desenha novas perspectivas da realidade envolvente, mais transformada, mas também mais indutora de transformação. A pessoa vai desempenhando, em número crescente, papéis diferentes ao longo da vida, de acordo com as circunstâncias em que se encontra e que a cercam. Por isso, hoje, tende a falar-se mais em “desenvolvimento de carreira” do que em “orientação”, seja ela a “escolar e profissional” ou “vocacional”. Trata-se do desenvolvimento humano no qual se integra o “desenvolvimento de carreira” (Super, 1980). Neste intervêm diferentes factores. Considerando apenas a instituição “escola”, esses factores têm a ver com as interações que ela tem com a família, com a comunidade, com os comportamentos dos professores e com o psicólogo escolar, como agente aglutinador e dinamizador (Oliveira et al., 2014).

No século XX, em Portugal, durante várias décadas, foi o Instituto de Orientação Profissional de Lisboa (I.O.P.), criado em 1925 (Decreto n.º 10986 de 31 de Julho de 1925), o órgão do Ministério da Educação que dava respostas neste domínio aos alunos e que a ele tinham de se deslocar. No I.O.P., num tempo em que não existiam psicólogos escolares saídos de universidades portuguesas, o *Curso de Peritos Orientadores* nele ministrado era o único que, no sistema de ensino público, formava técnicos de orientação escolar e profissional. Pretendia-se que estes fossem os responsáveis por Delegações do I.O.P. a estender pelo País. A psicometria era o paradigma que regia os exames de orientação escolar que se faziam no I.O.P.

Entretanto, surgiram os Cursos Superiores de Psicologia públicos, passando os mesmos, alargando-se o seu âmbito, a designar-se por Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação (Decreto-Lei n.º 529/80 de 5 de Novembro).

Pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), o seu art.º 29.º, estabeleceu que:

O apoio no desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços

de psicologia e orientação escolar e profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Inicia-se, então, um novo tempo, no que se refere à orientação escolar e profissional, passando ela a ter lugar nas próprias escolas.

Antes dessa época, porém, ainda que de forma pontual, houve uma acção de orientação escolar e profissional que teve lugar numa escola pública portuguesa do interior do País, Liceu de Portalegre, ano lectivo de 1969-1970. Esta acção reflecte o paradigma psicométrico então vigente, apresentando, contudo, algumas diferenças relativamente ao modelo standard da altura. É esta que se descreve neste artigo. Nele se faz um breve enquadramento teórico, evocando Faria de Vasconcelos, o pioneiro da Orientação Escolar e Profissional em Portugal. Apresentam-se o contexto e principais resultados que, apesar da distância cronológica, se crêem como actuais, *mutatis mutandis*.

2. Faria de Vasconcelos e o Instituto de Orientação Profissional

Quando se falava em Orientação Escolar e Profissional, até ao início dos anos 1970, os meios informados sobre este tema associavam-no ao I.O.P. O seu fundador, Faria de Vasconcelos, foi um dos nomes maiores das Ciências da Educação e da Psicologia em Portugal da primeira metade do século XX. A sua obra, no entanto, até há poucos anos, não tinha ainda sido suficientemente salientada e valorizada.

Página | 154

A orientação escolar e profissional, instituída oficialmente através do I.O.P., era, na prática, ignorada pelas instâncias públicas responsáveis pelo Sistema Educativo.

Faria de Vasconcelos liderou ali um conjunto de intervenções, investigando, intervindo em várias áreas ligadas à orientação e selecção profissional, psicologia experimental, psicologia do trabalho, provas de aptidões sensoriais, divulgando-as através do *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, cujo primeiro número saiu em Abril de 1928. Ele colocou o I.O.P. de Lisboa em pé de igualdade com as instituições internacionais congéneres mais prestigiadas.

Realça-se a importância de três contributos que ajudam a compreender a extensão e a profundidade da Obra de Faria de Vasconcelos:

- i) *Obras Completas de Faria de Vasconcelos*, 1986-2011, com pesquisa e organização do Professor José Ferreira Marques, edição da Fundação Calouste Gulbenkian;
- ii) *Uma Escola Nova na Bélgica*, 2015, tradução do Professor Meireles-Coelho e col., com prefácio de Adolphe Ferrière, posfácio e notas de Meireles-Coelho, com edição da Universidade de Aveiro, aquando do centenário da publicação de “Une école nouvelle en Belgique”, a sua obra de maior divulgação, editada em 1915, em Bruxelas, que teve tradução em língua inglesa em 1919 e em língua castelhana em 1920, (Vasconcelos, 2015);
- iii) *António S. Faria de Vasconcelos – Nos meandros do Movimento da Escola Nova: Pioneiro da Educação do Futuro* (Martins, 2019) e *Relembrar e homenagear António de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939), Insigne pedagogo albicastrense* (Martins, 2021), dois livros com a coordenação do

Professor Ernesto Candeias Martins, em que vários autores abordam a sua obra sob diferentes enfoques; a edição foi da Câmara Municipal de Castelo Branco, localidade de onde era natural Faria de Vasconcelos, inserindo-se na comemoração do octogésimo aniversário do seu falecimento.

Recorde-se que nos inícios do século XX, o Taylorismo era uma ideia dominante no mundo empresarial. Ele visava “elevar a produtividade, mediante o controle dos tempos e movimentos, o que seria conseguido a partir da supressão dos gestos desnecessários, da eliminação do tempo ocioso e da abolição de comportamentos supérfluos” (Apolinário, 2016, p. 36).

Este conceito foi igualmente transportado e alargado para outros domínios, não fugindo o da Educação. Faria de Vasconcelos inspira-se nas ideias que então andavam em voga sobre alguns aspectos do ensino, tanto nos Estados Unidos como na Alemanha, Inglaterra e Japão.

A psicométrica era um instrumento fundamental nos contextos de selecção, orientação, ergonomia e psicologia do trabalho, ao utilizar um conjunto de ferramentas para a medição de certos desempenhos psicomotores e mentais. Ela, tendo por base o laboratório

(...) é fiel aos pressupostos analíticos que consideram que as funções psicológicas podem ser decompostas em elementos independentes, ou seja: o indivíduo é conceptualizado como tendo ‘características individuais estáveis’, detectáveis estatisticamente, autorizando, portanto, salientar objectivamente as aptidões de cada indivíduo, isoladamente considerado. (Afonso, 2019, p. 298)

Por isso, o I.O.P. possuía um conjunto diversificado de instrumentos necessários para diferentes tipos de exames: antropométricos, medição de reflexos, tipos de inteligência, aptidões, etc.

Faria de Vasconcelos, na sua comunicação ao 2.º Congresso do Ensino Secundário, em 1928, propõe:

Quanto às aplicações dos resultados das provas psicológicas à organização escolar, dois caminhos se oferecem: 1) o sistema das seriações sucessivas em que os alunos pertencentes à mesma classe são agrupados em divisões homogéneas, tendo por base o nível mental e pedagógico: alunos fortes, médios e fracos; 2) o sistema das ‘classes móveis’ em que os alunos são agrupados conforme as suas aptidões e inaptidões especiais para as diferentes disciplinas e formas de actividade. (Vasconcelos, 2009, p. 117)

É neste contexto que se inserem as intervenções levadas a cabo sobre o estudo dos problemas relativos ao nível mental da população das escolas primárias, da população infantil de estabelecimentos especiais, todos da região de Lisboa (Vasconcelos, 2009).

Igualmente, é de relevar o artigo do Boletim do I.O.P. n.ºs 4 e 5 de 1929, intitulado de “Ideia em marcha: as provas de aptidão profissional e de selecção mental nas escolas comerciais e industriais e nos liceus de Lisboa”, pelo qual, na Escola Comercial Veiga Beirão, nos Liceus Passos Manuel, Maria Amália Vaz de Carvalho e D. Filipa de Lencastre, se iniciou “a organização científica das turmas” (Vasconcelos, 2009). Esta traduzia-se em o I.O.P. “fornecer às diferentes escolas indicações valiosas sobre o valor mental dos alunos para o efeito da organização das turmas e adaptação do ensino, além das relativas à sua orientação profissional” (Vasconcelos, 2009, p. 175).

Outro sector a que Faria de Vasconcelos deu relevância foi o da elaboração de estudos sobre diversas profissões, com a designação de *Monografias Profissionais*.

No tempo de Faria de Vasconcelos elas eram incluídas no Boletim do I.O.P., fazendo-se, depois, para cada profissão, separatas. Foram dez as monografias por ele publicadas, de 1928 a 1937, e outras duas, com o director Almada Araújo, como publicações autónomas do Boletim, uma em 1965 e outra em 1968.

Faria de Vasconcelos criou, ainda, no I.O.P. o *Curso de Peritos Orientadores*.

Registe-se, finalmente, que o I.O.P., até à existência de Serviços de Orientação nas escolas, nos finais da primeira metade da década de 1980, realizou muitas centenas de exames de orientação escolar e profissional e muitos foram aqueles que se deslocaram a Lisboa e receberam uma indicação sobre as vias escolares e profissionais a seguir.

Com o número de 1968-1969, 4.ª série, do *Boletim do Instituto de Orientação Profissional*, num artigo não assinado, informa-se do falecimento e da obra de Almada Araújo (Araújo, 1968-1969). Com a morte deste director, termina o modelo de formação de *peritos orientadores* delineado por Faria de Vasconcelos.

3. O Curso de peritos orientadores

3.1. Estrutura

Foi criado e regulamentado pelos Decretos-lei n.º 22753 e 22754 de 28 de Junho de 1933, começando a funcionar no ano lectivo de 1933-1934, segundo o modelo delineado por Faria de Vasconcelos, o qual se manteve até final de 1969, data esta em que se inicia outro modelo de formação.

O que se pretendia que fosse um perito orientador? Este,

[...] tem que ser antes de tudo um psicólogo. A psicologia tem que ser a base e o fecho da sua preparação. Sem psicologia é impossível compreender as capacidades do indivíduo, interpretar a sua conduta, orientá-lo adequadamente, tendo em conta aquilo que ele é e aquilo que ele é capaz de fazer. (Vasconcelos, 2010, p. 923)

Concretizando melhor, Faria de Vasconcelos diz, no Boletim do I.O.P. n.º 1 de 1928, que

[...] para poder orientar convenientemente um indivíduo para uma profissão ou grupo de profissões, duas condições são

necessárias: 1ª – estudar e conhecer o adolescente que se quer dirigir; 2ª – estudar e conhecer a profissão que ele deseja exercer (...). Conhecidas as aptidões que caracterizam uma profissão e conhecidas as aptidões que possui um determinado indivíduo, importa determinar se este indivíduo convém para a profissão que deseja seguir e, no caso negativo, qual a profissão que deve exercer. O problema está, pois, no conhecimento do orientando e no conhecimento das profissões e do mercado de trabalho. (Vasconcelos, 2009, pp. 47-48).

A disposição legal da criação do Curso de Peritos Orientadores indica as suas características, de entre as quais se destacam:

- 1) A admissão à matrícula ser restrita apenas a médicos escolares e a professores profissionalizados, já com formação prévia em psicologia e pedagogia (diplomados com o Curso de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras), com um número máximo de dez candidatos por ano lectivo.
- 2) Haver quatro semestres, de natureza presencial, em que na parte teórica se estudavam as disciplinas de Fisiologia, Psicologia, Sociologia, Economia e Estatística aplicadas à Orientação e Selecção Profissional, Organização da Orientação, da Selecção e das Técnicas Profissionais e Pedagogia do Trabalho Profissional; a parte prática incluía a realização de exames laboratoriais e o estudo de processos de orientandos e relatórios de exames de selecção profissional.
- 3) Como trabalho de campo, o candidato a perito orientador tinha que realizar um estudo de natureza investigativa e elaborar monografias profissionais. Estas tinham que incluir a descrição pormenorizada das profissões seleccionadas (formação, actos executados durante a sua prática, instrumentos utilizados, características psicológicas requeridas, legislação e mercado de trabalho).

No “Jornal de Psicologia” pode ler-se:

Para obterem o respectivo diploma de Curso, os alunos, para além de efectuarem três monografias profissionais, tinham de realizar um trabalho original de investigação experimental de psicologia aplicada à orientação ou selecção profissionais e de realizar um exame final que constava de três partes, sucessivamente eliminatórias, e na seguinte ordem: provas práticas, provas escritas e provas orais. (Pinho, 1986, p. 14)

O tempo de duração do Curso de Peritos Orientadores, com todas as valências que ele implicava, nunca era inferior a quatro anos para os raros que conseguiram completá-lo.

3.2. Constrangimentos

No *Instrumento de Descrição do Fundo do Instituto de Orientação Profissional*, L. 611 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, pode ler-se que as Delegações do I.O.P. “acabaram por não ir adiante, dados os custos de instalação e as necessidades de pessoal especializado” (ANTT, 1995, p. 2).

Confirmando esta afirmação está a declaração do director Breda Simões, referindo-se à inexistência das instituições que o Decreto n.º 22754 refere: “até hoje, não foi criada qualquer delegação do Instituto” (Simões, 1971, p. 47).

Vê-se, pois, que os diplomados pelo Curso de Peritos Orientadores, segundo o modelo de Faria de Vasconcelos, não tiveram grande futuro. Não são conhecidas quaisquer acções realizadas em escolas, sob a tutela do Ministério da Educação, por quaisquer peritos orientadores, diplomados segundo aquele modelo, o qual vigorou até 1969.

Quanto às causas daquelas “necessidades de pessoal especializado”, referidas nos livros da Torre do Tombo, diga-se que a frequência do curso pelos alunos era feita em acumulação com o seu exercício profissional, sem qualquer redução de horas do serviço lectivo, nem qualquer apoio financeiro que compensasse a sua deslocação a Lisboa, caso residissem fora.

Por outro lado, grandes empresas procuravam para os seus departamentos de recursos humanos, alunos do Curso de Peritos Orientadores apenas com a parte curricular feita, bastando a certificação da frequência das disciplinas teóricas e práticas realizada nos dois primeiros anos.

O Curso de Peritos Orientadores, segundo o modelo de Faria de Vasconcelos, de 1933 a 1969, com uma interrupção de 1948-1960, pretendendo ser um marco de inovação e de progresso no sistema de ensino em Portugal, mediante uma formação muito exigente mas também muito restritiva, de especialistas em orientação escolar e profissional, mas com quase nulo empenhamento do poder político, traduziu-se, afinal, na formação de um número reduzidíssimo de profissionais que, na prática, não tiveram oportunidade de exercer nas escolas a sua função de perito orientador.

Nos anos de 1970, com a entrada para director do I.O.P. de Manuel Breda Simões, sucessor de Almada Araújo, verifica-se uma mudança radical na estrutura de avaliação dos alunos do Curso de Peritos Orientadores, sendo extintos os exames e todos aqueles trabalhos que tinha de fazer o candidato a perito orientador “passaram a ser substituídos por uma avaliação contínua” (ANTT, 1995, p. 189). Além disso, aumentou o número de vagas que a ele podiam aceder e os professores que o frequentaram beneficiaram da dispensa total de aulas, mediante a figura de bolseiro.

Com a criação das Faculdades de Psicologia e Ciências de Educação e a posterior saída de psicólogos escolares com formação no campo da orientação escolar e profissional, o I.O.P. vai perdendo a sua importância até à sua integração, em 2014, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Igualmente, o Curso de Peritos Orientadores, perante os novos profissionais saídos das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação, acaba por extinguir-se em 1987.

Enfim, aquele sonho de Faria de Vasconcelos de criar delegações do I.O.P. pelo País e a integrar a orientação escolar e profissional no Sistema Educativo, tinha, de outra maneira, sido já concretizado.

4. Acção de orientação vocacional no Liceu de Portalegre, ano lectivo de 1969-1970

Numa época em que nenhuma legislação a contemplava, foi no Liceu de Portalegre que se efectuou no País, pela primeira vez, uma acção de orientação escolar e profissional, em escola pública dependente do Ministério da Educação. Esta intervenção realizou-se com total autonomia do I.O.P., não significando, porém, o não conhecimento por esta entidade da referida acção, a qual colaborou, sem qualquer contrapartida, no fornecimento de todo o material que lhe foi solicitado. Isso deveu-se à disponibilidade do seu novo director, Manuel Breda Simões. Ela foi levada a efeito por iniciativa de um perito orientador (formado segundo o modelo de Faria de Vasconcelos) e professor nesse Liceu, tendo o mesmo entregue no Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa o projecto dessa intervenção. Esta acção não acarretou quaisquer encargos para o erário público, não implicou qualquer redução do horário lectivo do perito orientador, nem houve prejuízo de aulas para os alunos. Ela contou somente com o empenho activo do Reitor, disponibilizando a logística necessária e participando na reunião com os encarregados de educação.

4.1. Objectivos da acção

1. Incentivar os pais a proporcionar condições de autonomia e experiências diversificadas, profissionalizantes e outras, aos seus filhos.
2. Proporcionar aos alunos informações sobre cursos e profissões.
3. Analisar interesses e capacidades, com detalhe, a quatro dezenas de alunos, considerando a sua orientação escolar e profissional.

4.2. Estratégias

4.2.1. Em relação aos pais

A sensibilização dos pais para a orientação vocacional dos seus filhos, considerando o primeiro dos objectivos, teve lugar de dois modos, não alternativos.

Um deles foi feito através de uma carta-circular dirigida aos responsáveis pelos alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos sobre a iniciativa que iria ter lugar, da sua importância e dos seus objectivos. Esclareça-se que estes anos correspondiam, respectivamente, aos actuais 9.º, 10.º e 11.º anos de escolaridade.

O outro modo de sensibilização consistiu numa palestra, com a presença do Reitor, feita pelo perito orientador, junto dos pais. Nesta palestra explicaram-se as finalidades e as diferentes etapas da acção e o papel de relevo que os pais poderiam ter na educação para a carreira dos seus filhos. Sugeriram-se actividades de ar livre e outras, de natureza profissionalizante ou não, aproveitando os tempos livres, especialmente as férias, em que os filhos teriam oportunidade de descobrir-se melhor nos seus interesses e capacidades.

4.2.2. Em relação a todos os alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos

Registe-se que o número de alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos que, então, frequentava o Liceu de Portalegre, nesse ano lectivo, era de 251.

Esta parte da acção revestiu três fases, sempre com carácter facultativo.

A. Reuniões com os alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos, por turmas, onde foram abordados dois grandes temas:

1. A importância da escolha do caminho a seguir.

Pretendeu tornar-se explícitas as variáveis que deveriam presidir a uma escolha, fossem elas de natureza física, fisiológica, psicológica e socioeconómica.

2. Informações sobre os cursos existentes.

Antes de iniciar-se a acção, foi constituído pelo perito orientador um acervo documental sobre os cursos públicos e privados existentes na altura, nas diferentes instituições, e respectivas profissões para que os mesmos apontavam.

A partir deste dossier, proporcionou-se, quer aos alunos que não consideravam seguir o ensino superior, quer aos que desejavam prosseguir este ensino, informação de planos de estudos e/ou de alíneas do secundário conducentes a cursos para os quais eram habilitações de ingresso o 5.º ou o 7.º ano liceal e características desses mesmos cursos.

B. Realização de palestras por diferentes profissionais:

O objectivo destas palestras era o de oferecer aos alunos o testemunho de alguém que, exercendo certa actividade profissional, os pudesse elucidar sobre o exercício de dada profissão. Pretendia convidar-se profissionais que exercessem profissões que exigissem níveis de escolaridade diferentes. Devido ao tempo escasso de que se dispôs e às limitações dos palestrantes, só puderam ser efectuadas duas palestras, uma na área das Letras e outra na área das Ciências, respectivamente por um advogado e por um médico.

C. Atendimento individual aos alunos.

Este atendimento, de iniciativa do interessado, consistia na disponibilização de informação mais detalhada sobre determinado curso, área de estudos ou profissão e na indicação de pistas para a resolução de problemas de natureza pessoal que estariam a dificultar ou impedir o prosseguimento de estudos. O atendimento tinha lugar todos os sábados, da parte da tarde, e prolongou-se durante o decorrer de toda a acção (cerca de quatro meses).

4.3. Análise psicológica de 40 alunos

Na sequência da carta-circular enviada aos pais, deu-se a oportunidade da realização de um exame de orientação aos alunos.

No universo de 251 alunos dos 5.º, 6.º e 7.º anos, inscreveram-se 182 para exames psicológicos. Em presença deste número, muito superior quer às expectativas havidas, quer ao tempo disponível para a realização da intervenção, quer ao material facultado

pelo I.O.P., foram excluídos, desde logo, os alunos do 6.º ano, uma vez que a opção de escolha não se colocava de maneira imediata.

Quanto aos restantes, prestaram provas 40 alunos, chamados por ordem de inscrição, sendo 20 do 5.º ano e 20 do 7.º ano, distribuídos da maneira indicada no quadro.

Quadro 1

Distribuição dos alunos por idade, ano de escolaridade liceal e sexo

	5.º Ano	7.º Ano	Masculino	Feminino
15 Anos	7	0	3	4
16 Anos	6	1	3	4
17 Anos	2	10	4	8
18 Anos	4	6	7	3
19 Anos	1	2	2	1
20 Anos	0	1	0	1

Fonte: elaboração própria

Nesta análise pesquisaram-se várias capacidades através de testes e de outros instrumentos.

4.3.1. Capacidades analisadas

Inteligência geral (QI)

Na determinação do QI foi utilizado o teste Cattell II, Forma A (Cattell, 1951). A aplicação do teste era feita em grupo.

Inteligência prática

Este tipo de inteligência foi avaliado através do teste Passalong (Science Museum Group, 2024).

Tipo caracterológico

Não sendo de aplicação no I.O.P., foi entendido pelo perito orientador obter uma visão mais globalizada do orientando; recorreu, para isso, aos traços caracterológicos definidos por Berger (Berger, 1950). Utilizou o questionário de Gaillat, forma reduzida, inspirada em Berger, compreendendo 30 questões que identificavam os oito tipos caracterológicos (Gaillat, 1952).

A aplicação do questionário era feita em grupo.

Interesses profissionais

É na adolescência que os interesses profissionais começam a ter relevância. Contudo, vários investigadores se têm debruçado sobre o estudo desta temática em

faixas etárias mais baixas e tentaram identificar características e construir teorias que, de algum modo, podem relacionar e explicar as escolhas profissionais que, mais tarde, irão ser feitas (Freire, 2021).

Relativamente à faixa etária em estudo, utilizou-se o Inventário de Interesses Profissionais de Kuder (Kuder, 1956).

A partir das respostas dadas, era desenhado um gráfico onde poderia ver-se o grau de diferenciação dos interesses inventariados e aquele(s) que predominava(m).

A aplicação do inventário era feita em grupo.

Capacidade de raciocínio científico

O teste PACS (Psychometric Analysis of Capacity Scientific) destinava-se a avaliar a capacidade de raciocínio científico do examinando. Os aspectos a identificar eram os seguintes: inclinação para a experimentação; capacidade de definir com clareza; tendência para a adivinhação; capacidade para descobrir absurdos com aparência lógica; prudência, paciência e cautela; capacidade para distinguir e seleccionar; indução e dedução; precisão na compreensão de um texto; poder de observação.

O tempo de duração da prova era de 2 horas, de aplicação em grupo.

Não foram encontradas referências bibliográficas relativas a este teste.

Memória

Existem vários tipos de memória (sensorial, de trabalho, de longa duração) (Júnior & Faria, 2015). Os testes aplicados inseriram-se no âmbito sensorial e pesquisaram as memórias auditiva e visual.

A *memória auditiva* foi pesquisada através de um teste, adaptado de Lahy, de palavras associadas, com e sem relação entre si, em que eram lidas pares de palavras e, depois, se solicitava ao examinando que escrevesse aquelas de que se lembrava. A pontuação era estabelecida pelo número de acertos.

A aplicação do teste era feita em grupo.

Não foram encontradas referências bibliográficas relativas a este teste.

A *memória visual* analisou-se com um teste, adaptado pelo I.O.P., baseado nos estudos de Sperling (1963).

A aplicação deste teste era feita individualmente.

Raciocínios verbal e abstracto, capacidade numérica e relações espaciais

A bateria de testes DAT (*Differential Aptitude Tests*), era um instrumento constituído por oito testes (Bennett et al., 1956).

A aplicação desta bateria de testes era feita em grupo.

Desenho

A cada examinando foram propostas duas provas de desenho: uma de memória e imaginação e outra de desenho à vista. Pretendia-se ter dois documentos num domínio que, de algum modo, pudesse dar indicações sobre as capacidades do examinando numa área relacionada com as artes.

Estas provas eram de aplicação em grupo.

Redacção de um texto livre

Apresentava-se aos alunos um tema que, pela sua natureza, proporcionasse ser encarado sob vários pontos de vista. Da forma como ele era tratado (ortografia, sintaxe, imaginação, coerência...) poderiam ser retiradas ilações sobre alguns das suas capacidades, no âmbito da escrita.

A aplicação desta prova era feita em grupo.

4.3.2. Informações de natureza escolar e socioeconómica

De natureza escolar

Estes dados pretenderam dar ao orientador uma perspectiva longitudinal do aproveitamento escolar do aluno nas diferentes disciplinas e nos diferentes anos de escolaridade. Nos casos em que se notou uma flagrante discrepância entre os resultados dos testes psicológicos e as classificações obtidas, tentou esclarecer-se junto dos próprios alunos, na entrevista e, em certos casos, até mesmo junto da família, tais discrepâncias.

De natureza social e económica

Estes elementos de informação foram obtidos através das respostas a um pequeno questionário individual em que se perguntava a profissão dos pais e respectivas habilitações, o número de irmãos e respectivas ocupações e situação do examinando dentro do agregado familiar (filho único, irmão mais novo...).

4.3.3. Entrevista

Após a fase de testes, era realizada uma entrevista com cada um dos examinandos, onde estes podiam esclarecer as suas dúvidas, por um lado, e também o perito orientador tornar mais clara alguma da informação já obtida.

4.3.4. Parecer final

Para cada aluno, com base nos dados recolhidos, elaborou-se um relatório, pondo em evidência os pontos fortes encontrados, a partir dos quais se sugeriam cursos ou vias profissionais.

5. Relatório para o GEPAE

Após o termo da intervenção, foi elaborado um Relatório destinado ao Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, entidade a quem se tinha informado do projecto de realização da mesma.

6. Conclusão

Mostrou-se quanto diferentes eram entendidas algumas práticas episódicas do psicólogo nas escolas, na primeira metade do século XX, dentro do paradigma psicométrico, tendo em vista a proficiência das aprendizagens, quando comparadas com as que hoje têm lugar.

A acção que foi descrita representa uma abordagem mais lata da orientação escolar e profissional, comparando-a com a que era realizada no I.O.P., quer por ter lugar em ambiente escolar, quer pela introdução de outras componentes que não fossem as estritamente psicológicas.

Para além dos testes psicológicos aplicados a 40 alunos, a acção abrangeu os 251 alunos, constituintes do universo que frequentava os 5.º, 6.º e 7.º anos daquele estabelecimento de ensino, assim como os respectivos pais.

Nesta acção, entrecruzou-se uma abordagem “clássica”, que era o modelo *standard* praticado na época, baseado em testes psicométricos, com uma abordagem mais abrangente, menos determinista, centrada na pessoa inserida numa sociedade.

Num tempo em que não existiam Faculdades de Psicologia, nem psicólogos escolares formados por estas, a acção de orientação escolar e profissional que se descreveu, realizada em escola pública de Portugal, no interior do País, permitiu aos alunos com menor poder económico, com mais dificuldade em se deslocarem, informarem-se sobre as melhores vias a seguir, nos seus percursos escolares e/ou profissionais. Esta acção proporcionou, pois, uma igualdade de oportunidades entre os alunos, no contexto descrito.

Referências bibliográficas

Afonso, J. A. (2019). Faria de Vasconcelos: da psicologia científica à orientação profissional. Lições e reflexões de uma prática científica e profissional. In, E. C. Martins (Coord.), *António S. Faria de Vasconcelos. Nos meandros do Movimento da Escola Nova: pioneiro da educação do futuro* (pp. 275-322). Câmara Municipal de Castelo Branco.

ANTT. (1995). *Instrumento de descrição do Fundo do Instituto de Orientação Profissional*, L. 611.

Apolinário, V. (2016). A racionalização taylorista da produção e do trabalho. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, 5(2), 31-42.

Araújo, A. (1968-1969). *Boletim do Instituto de Orientação Profissional – 4.ª Série*, 7-9.

Bennett, G., Seashore, H., & Wesman, A. (1956). The differential aptitude tests: an overview. *The Personnel and Guidance Journal*, Vol. 35(2), 81-91. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.2164-4918.1956.tb01710.x>

Berger, G. (1950). *Traité pratique d'analyse du caractère*. Presses Universitaires de France.

Cattell, R. B. (1951). Classical and standard score IQ standardization of the I.P.A.T. Culture-free intelligence scale 2. *Journal of Consulting Psychology*, 15(2), 154-159. <https://psycnet.apa.org/record/1952-06255-001>

Decreto n.º 10986 de 31 de Julho de 1925. *Criação do Instituto de Orientação Profissional de Lisboa.*

Decreto n.º 11176 de 26 de Outubro de 1925. *Regulamentação do Instituto de Orientação Profissional de Lisboa.*

Decreto-lei n.º 22753 de 28 de Junho de 1933. Criação e regulamentação do Curso de Peritos Orientadores do Instituto de Orientação Profissional.
<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/22753-318538>

Decreto-Lei n.º 22754 de 28 de Junho de 1933. *Criação e regulamentação do Curso de Peritos Orientadores do Instituto de Orientação Profissional.*

Decreto-Lei n.º 529/80 de 5 de Novembro. *Criação das Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação.* <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/529-457583>

Despacho n.º 5631/2014, de 28 de Abril. *Integração na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa do Instituto de Orientação Profissional.*
<https://files.dre.pt/2s/2014/04/081000000/1122211223.pdf>

Freire, M. (2021). Preferências profissionais em crianças dos 6-10 anos: estudo transversal de duas populações do concelho de Portalegre, Portugal. *Revista de Psicologia e Educação, 4*(1-8), Universidade da Beira Interior.

Gaillat, R. (1952). *Analyse caractèrielle des élèves d'une classe par leur maître.* Presses Universitaires de France.

Página | 165

Haidt, J. (2024). *A Geração ansiosa - como a grande reconfiguração da infância está a provocar uma epidemia de doença mental.* Dom Quixote.

Júnior, C. A., & Faria, N. C. (2015). Memória. *Psicologia Reflexão e Crítica 28*(4), 780-788.
<https://www.scielo.br/jj/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVvQM/?format=pdf&lang=pt>

Kuder, G. F. (1956). *Kuder preference record: examiner manual.* 6th ed. Science Research Associates.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro. *Lei de Bases do Sistema Educativo.*
<https://files.dre.pt/1s/1986/10/23700/30673081.pdf>

Martins, E. C. (Coord.). (2019). *António S. Faria de Vasconcelos nos meandros do movimento da escola nova - pioneiro da educação do futuro.* Câmara Municipal de Castelo Branco.

Martins, E. C. (Coord.). (2021). *Relembrar e homenagear António de Sena Faria de Vasconcelos (1880-1939) - Insigne pedagogo albicastrense.* Câmara Municipal de Castelo Branco.

Oliveira, Í. M., Taveira, M. d., & Neves, L. (2014). Sensibilizar professores para o desenvolvimento de carreira dos alunos: relato de uma experiência. *SciELO Brasil - Psicologia: Ciência e Profissão, 34*(2), 512-523.

Pinho, P. B. (1986). Faria de Vasconcelos e a introdução da orientação vocacional em Portugal. *Jornal de Psicologia, 5*(4), 3-16.

Science Museum Group (2024) *Passalong test, London, England, 1937. 2006-12 Science Museum Group Collection* Online.
<https://collection.sciencemuseumgroup.org.uk/objects/co536855/passalong-test-london-england-1937>.

Simões, M. B. (1971). Situação da orientação escolar e profissional. *Cadernos do Instituto de Orientação Profissional n.º 1*.

Sperling, G. (1963). A model for visual memory tasks. *Human Factors*, 5, 19-31.
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001872086300500103>

Super, D. E. (June de 1980). A life-span, life-space approach to career development. *Journal of Vocational Behavior*, 16(3), 282-298.
<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0001879180900561>

Vasconcelos, F. d. (2009). *Obras completas*, (Vol. IV) (1925-1933). Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcelos, F. d. (2010). *Obras completas*, (Vol. V) (1933-1935). Fundação Calouste Gulbenkian.

Vasconcelos, F. d. (2015). *Uma Escola Nova na Bélgica*. Universidade de Aveiro.
<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/14513/1/UENB%201%202015%20pt.pdf>

Notas sobre o autor:

Mário Silva Freire
mario.freire@ippportalegre.pt
Instituto Politécnico de Portalegre